

AVANÇOS E CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE – MS

Izabel de Souza Mateus (FCG)
Rafaela Tatieli Selasco Aguirre (FCG)
Valéria Soares de Oliveira Silva (FCG)

Resumo

O Programa Mais Alfabetização (PMALFA), criado pelo Ministério da Educação (MEC) visa financiar um reforço no processo de alfabetização para alunos dos primeiros anos do ensino fundamental da rede pública. Esta pesquisa visa responder como a implementação do PMALFA contribuiu para a alfabetização dos alunos de uma escola da rede municipal de ensino de Campo Grande - MS. Assim, foi traçado como objetivo geral: analisar a implementação e as contribuições do Programa Mais Alfabetização, no processo de alfabetização de alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS. É pesquisa do tipo bibliográfica documental e de campo com abordagem qualitativa. Com o objetivo de analisar a implementação e as contribuições do Programa Mais Alfabetização no processo de alfabetização de alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental de uma escola pública da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas assistentes de alfabetização e uma coordenadora que participaram da execução do programa. Os dados coletados foram analisados a partir dos pressupostos de Dourado (2007) e Soares (1998, 2003). Os resultados indicam que na escola onde foi feita a pesquisa, o PMALFA contribuiu para o processo de alfabetização dos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, promovendo uma redução do índice de reprovação.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Alfabetização; PMALFA.

EDUCATIONAL ADVANCES AND CONTRIBUTIONS IN THE PROCESS OF IMPLEMENTING THE MORE LITERACY PROGRAM IN CAMPO GRANDE-MS

Abstract

The More Literacy Program (PMALFA), created by the Ministry of Education (MEC), aims to finance a reinforcement of the literacy process for students in the first years of public elementary school. This research aims to answer how the implementation of PMALFA contributed to the literacy of students at a school in the municipal education system of Campo Grande - MS. Thus, it was designed as a general objective: to analyze the implementation and contributions of the More Literacy Program, in the literacy process of students from the 1st and 2nd years of elementary school at a school in the Municipal Education Network of Campo Grande - MS. It is a documentary and field bibliographic research with a qualitative approach. In order to analyze the implementation and contributions of the More Literacy Program in the literacy process of students from the 1st and 2nd years of elementary school in a public school in the Municipal Education Network of Campo Grande - MS. Semi-structured interviews were carried out with two literacy assistants and a coordinator who participated in the execution of the program. The collected data were analyzed based on the assumptions of Dourado (2007) and Soares (1998, 2003). The results indicate that in the school where the research was carried out, PMALFA contributed to the literacy process of students who had learning difficulties, promoting a reduction in the failure rate.

Keywords: Public Educational Policies; Literacy; PMALFA.

1 Introdução

O presente artigo aborda a implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA), instituído pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº142, de 22 de fevereiro de 2018, que tem como objetivo fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização de estudantes matriculados regularmente do 1º ao 2º anos do ensino fundamental, com o tema "Implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) em uma escola da rede municipal de ensino de Campo Grande – MS."

Durante o estágio supervisionado no ensino fundamental, durante o curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade Campo Grande (FCG), descobrimos que existem programas que buscam fortalecer a fase de alfabetização dos alunos do 1º ao 2º anos do ensino fundamental, sendo assim, escolhemos o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), para compreender como ocorreu sua implementação e contribuições em uma escola da Rede Municipal de Ensino.

Este artigo traz a seguinte problemática: Como a implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) contribuiu para a alfabetização dos alunos de uma escola da rede municipal de ensino de Campo Grande - MS?

O objetivo geral deste artigo é analisar a implementação e as contribuições do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) no processo de alfabetização de alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS; tem como objetivos específicos: 1- contextualizar a implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS; 2- Discutir as contribuições do PMALFA no processo de alfabetização de crianças de 1º e 2º anos do ensino fundamental.

Esta pesquisa é do tipo qualitativa, com abordagem bibliográfica, documental, e de campo. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com duas assistentes e uma coordenadora que participaram da execução do programa em uma escola selecionada. O objetivo das entrevistas foi levantar dados que permitiram analisar como a implementação do Programa Mais Alfabetização, contribuiu para a evolução da aprendizagem dos alunos de 1º e 2º anos do ensino fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino (REME) – da cidade de Campo Grande – MS.

O presente trabalho se fundamenta teoricamente nos pressupostos e conceitos de Soares (1998 e 2003); Teberosky (2003); Ferreiro (2011); Brandão (2005); Dourado (2007); os quais abordam a alfabetização, a pesquisa, e as práticas cotidianas dentro de sala de aula, defendem o direito à alfabetização, condenam as práticas discriminatórias encobertas e as concepções que perpetuam a marginalização

Este artigo foi organizado da seguinte forma: na primeira seção realizamos uma revisão da literatura dividida em dois momentos: o primeiro "Alfabetização" apresentamos um breve histórico da alfabetização no Brasil e as mudanças que ocorreram ao decorrer dos anos; o segundo momento tem como título "Políticas Públicas para Alfabetização", nesta seção serão apresentados alguns programas de formação de professores alfabetizadores e o nosso foco da pesquisa que foi o Programa Mais Alfabetização. A segunda seção desse artigo recebeu como título "Procedimentos metodológicos da pesquisa", na qual detalhamos os procedimentos metodológicos, descrevemos a metodologia e a construção do estudo; apresentamos, também, o lócus da pesquisa com informações sobre implementação do PMALFA na instituição, onde realizamos as entrevistas com a coordenadora do programa e as assistentes de alfabetização; assim como apresentamos o objetivo da pesquisa detalhamos informações das profissionais entrevistadas como, o tempo de formação e atuação na área da educação da coordenadora e o nível de graduação das assistentes de alfabetização que participaram do programa. Na terceira seção dessa pesquisa com o título "Apresentação, análise e discussão dos resultados", os resultados das entrevistas são tratados junto aos questionamentos frente ao Manual operacional do PMALFA (BRASIL, 2018) e as teorias estudadas na revisão de literatura. Por fim, foram apresentadas colocações a respeito da implementação e as contribuições do programa na instituição, apresentados nas considerações finais.

2 Alfabetização

O presente artigo inicia com a ressalva da importância da alfabetização que esta respaldada legalmente, na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), norteado pelos princípios básicos e o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Ao longo dos tempos percebemos que a escrita surgiu para que pudéssemos nos comunicar melhor, além de que a linguagem é uma das várias formas eficazes do

desenvolvimento do indivíduo. O processo de alfabetização no Brasil, segundo Saviani (2002, p. 19) surgiu no período colonial (1549) com os padres jesuítas da Companhia de Jesus, que tinham como objetivo catequizar as pessoas (índios) que viveram neste período e sujeitá-los a fé católica, tornando-os, assim, pessoas submissas, facilitando o trabalho colonizador dos Portugueses. Por meio de todo esse processo de catequização e submissão desse povo, os jesuítas tinham duas principais funções: encucar a fé católica e o processo educativo, trazendo à tona a criação de escolas elementares.

Para Romanelli (2008, p. 35), não se podem perder de vista,

Os objetivos práticos da ação jesuítica no Novo mundo: o recrutamento de fiéis e servidores. Ambas foram atingidas pela ação educadora. A catequese assegurou a conversão da população indígena e foi levada a cabo mediante criação de escolas elementares para os “Curumins” e de núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação que se dava aos “Curumins” estendia-se aos filhos dos colonos, o que garantia a evangelização destes (ROMANELLI, 2008, p. 35).

Foi necessário, então, sistematizar e organizar essas práticas educativas, surgindo desde então planos e projetos para que a alfabetização fosse desenvolvida no meio escolar.

É notável que, ao decorrer dos anos, a alfabetização vem tomando novos rumos e ganhando destaque à medida que os resultados de provas externas e internas têm sido feita nas escolas, tais resultados tem colaborado para que programas sejam criados com o intuito de melhorar o desempenho dos alunos nesta etapa de ensino.

Segundo Weisz (2012, p. 21), desde 1960 percebeu-se que a dificuldade na alfabetização se dava porque a escola não era para todos, se os estudantes não fossem provenientes de famílias de classe média e alta não era considerado ensináveis.

A grande mudança ocorreu em 1980 quando Emília Ferreiro publicou dados de uma pesquisa sobre a psicogênese da língua escrita, pois naquela época o Brasil não se falava mais em alfabetização porque era considerado um problema sem solução. Após a pesquisa publicada o assunto ressurgiu e com ênfase maior em escolas públicas, visto que nas escolas privadas não passavam por esse problema.

A dificuldade de alfabetização se deu por diversos fatores, porém, ressalta que os adultos dificultam esse processo. As crianças são facilmente alfabetizáveis, foram os adultos que dificultaram o processo de alfabetização delas (FERREIRO, 2011, p. 29).

Com a LDBEN/1996 pode finalmente propor acesso universal e fornecer a progressão dentro dela. Com a preocupação em combater esse fracasso escolar, começou a serem instaurados projetos e programas onde teria a formação de professores como o

PROFA, sendo desenvolvido em vários municípios. Ensinar não se limita apenas repassar conhecimento, porém superar os horizontes da aprendizagem e adquirir formas práticas de ensinar além do para que ensinar.

A psicogênese da escrita trouxe questões, de se observar o que a criança trás de conhecimento de sua vivência e usar para alfabetizar. Quando a psicogênese entrou nas escolas ocorreu um processo de didática da alfabetização e a produção de práticas de ensino tornando-se intensa em 1985 onde surgiram projetos para motivar essa prática. Como permanece até os dias atuais, com programas de governo baseado também em pesquisas que mostram onde o analfabetismo no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul continuam com níveis preocupantes.

2.1 Políticas Públicas Para a Alfabetização

Segundo Morttati e Frade (2014, p. 124), a alfabetização e seus sentidos foram explícitos no 1º Congresso Brasileiro de Alfabetização - CONBALF, realizado entre 8 e 10 de julho de 2013 promovido pela Associação Brasileira de Alfabetização - ABALF, este evento possibilitou discussões sobre os objetivos da alfabetização que se fundamentam na constatação de que a alfabetização é um campo de pesquisa e de atuação, com problemas e ações específicas que vem tomando destaque na educação e no cenário político da sociedade em geral, pois se trata da base para obter uma educação de qualidade que reflita na sociedade como um todo e na mudança real das pesquisas do ranking de alfabetização onde o Brasil está colocado atualmente.

Freire (1996, p. 47), afirma que, não acredita em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, que em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenta “miopisar” as suas vítimas. Tamanhos esforços devem trazer resultados reais, onde projetos, políticas públicas do governo, reforços nas escolas tragam êxito, pesquisas posteriores mostrem os resultados alcançados onde a alfabetização seja vista como solução e não mais como problema.

A LDBEN/1996 ampara o direito das crianças à educação, partindo destes princípios, foram instaurados programas que visam assegurar esses direitos citados pela lei e apoio a alfabetização na idade certa, sendo eles Programa de Formação de Professores Alfabetizadores- PROFA (2001-2003), que tinha como foco a formação continuada de professores alfabetizadores; também, o Pacto Nacional para a Alfabetização na idade Certa

– PNAIC (2012-2017) instituído pela Portaria do MEC n° 867, de 4 de julho de 2012, tinha como objetivo alfabetizar crianças até no máximo 8 anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental; novamente o PNAIC em 2017, pela Portaria n° 82, de 7 de julho de 2017, que almeja garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino sejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e Matemática, até o final do 3° ano do ensino fundamental, segundo o Artigo 5°.

Em contraponto foi instaurado o Programa mais alfabetização – PMALFA foi instituído pela Portaria do MEC n° 142 de 22 de fevereiro de 2018, que tem como objetivo o fortalecimento e o apoio às escolas no processo de alfabetização sua prioridade é garantir um apoio educacional no turno regular, pode contar com um assistente de alfabetização para trabalhar junto com o professor alfabetizador.

Foram disponibilizados dois grupos de cargas horárias para o PMALFA, são eles: escolas não vulneráveis – 5 horas semanais e a carga horaria das escolas vulneráveis – 10 horas semanais; segundo o Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento, para que a escola seja considerada vulnerável ela deve atender a critérios:

São os seguintes critérios estabelecidos para as unidades escolares vulneráveis:
I – em que mais de 50% dos estudantes participantes do SAEB/ANA tenham obtido resultados em níveis insuficientes nas três áreas da referida avaliação (leitura, escrita e matemática);
II – que apresentem Índice de Nível Socioeconômico muito baixo, baixo, médio baixo e médio, segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2018, p. 5).

Em concordância com o manual do PMALFA, acredita-se que o programa é uma forma de fortalecer o ensino e aprendizagem dos alunos no período de alfabetização, pois um estudante que tem dificuldades de aprendizagem não consegue sair sozinho dela. Partindo desse pressuposto é de suma importância que o PMALFA seja implementado nas escolas, pois ele vai além da formação de professores, o programa traz um assistente de alfabetização e qualifica-o para trabalhar em conjunto com o professor alfabetizador em sala de aula, tendo contato direto com os alunos.

A LDBEN/1996 fundamenta o PMALFA, pois leva em consideração a capacidade que o aluno tem de aprender e busca desenvolver esta capacidade, seus meios são a leitura, a escrita e o cálculo. Na Seção III do Ensino Fundamental, Art. 32 “I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tem como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo [...]” (BRASIL, 1996).

O PMALFA tem como objetivo dar fortalecimento e apoio técnico e financeiro as escolas no processo de alfabetização, com foco nos dois primeiros anos do ensino fundamental, o programa dá o apoio técnico por meio de uma seleção de assistentes de alfabetização para trabalhar em sala de aula juntamente com o professor alfabetizador, respeitando o seu planejamento para ajudar na aquisição de habilidades de leitura, escrita e matemática por parte dos alunos.

As avaliações acontecem em 3 etapas: de início realiza-se uma avaliação diagnóstica, durante o processo a avaliação intermediária e, pôr fim, a avaliação formativa de saída ao final do ano, não substituindo as demais avaliações do trabalho do ano letivo da escola. Todas as informações são lançadas no sistema e o coordenador acompanha todo o processo e posteriormente verifica se está correto para então poder enviar para o sistema de monitoramento.

Essa prática foi instituída para tornar produtivo o trabalho, no desenvolvimento de estratégias para atingir os pontos de dificuldades verificados especificamente, estes são utilizados como um instrumento de planejamento de ações dos coordenadores e professores ligados ao programa. O apoio financeiro às escolas vem por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), este auxílio é usado para cobrir as despesas do PMALFA.

3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

O desenvolvimento desta pesquisa aventou responder a seguinte questão “Como a implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) contribuiu para a alfabetização dos alunos de uma escola da rede municipal de ensino de Campo Grande (MS)?” assim, foi traçado como objetivo geral analisar e compreender como se deu a implementação do Programa Mais Alfabetização e suas contribuições no processo de alfabetização de alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental, em uma Escola Municipal da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Esta pesquisa se aproximou da vivência de uma coordenadora e duas assistentes de alfabetização, com observação e questionamentos.

Esta pesquisa é do tipo qualitativa com abordagem bibliográfica, documental e de campo. Segundo Gil (2002, 47), as pesquisas qualitativas procuram tomar posse de dados descritivos que apresentam o resultado do contato entre o pesquisador e o fenômeno

ocorrido, levando em consideração especialmente aos resultados e as perspectivas dos integrantes da pesquisa.

Segundo Gil (2002, p. 50), as pesquisas documentais e bibliográficas estão presentes em todos os estudos e dão suporte aos resultados e compreensão das demais pesquisas. São revisões do estado dos estudos a respeito de um tema, dando uma visão geral do seu desenvolvimento e conhecimento. A condição empírica se apresenta essencial para as pesquisas qualitativas, que permite que elas se aproximem da análise da realidade e dimensão pesquisada em condição presencial, dos casos ou temas analisados.

A pesquisa bibliográfica utilizada neste artigo tomou partido de teóricos que abordam de políticas públicas de formação de professores para a alfabetização, também foram utilizados autores que falam de alfabetização dentre os quais Soares (1998, 2003 e 2017); Ferreira (2011); Teberosky (2003); Brandão (2005); Dourado (2007), destacadamente Dourado (2007) e Soares (1998, 2003 e 2017).

Dourado (2007, p. 923) trata de políticas públicas, tem experiência na área de Educação e sociologia da educação com ênfase em política educacional. Soares (2017) foi a teórica escolhida por ser uma referência na temática alfabetização.

Na pesquisa documental, foi utilizado a legislação brasileira, com foco nos programas e nas diretrizes educacionais, a exemplo a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira; Os programas para a alfabetização, como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores- PROFA (2001-2003), que tinha como foco a formação continuada de professores alfabetizadores; também, (portaria nº 867 de 4 de julho de 2012) o Pacto Nacional para a Alfabetização na idade Certa – PNAIC (2012-2017) que tem por objetivo garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino sejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental, segundo o Artigo 5º. Também a Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, que instituiu o Programa mais Alfabetização – PMALFA cujo objetivo é o fortalecimento e o apoio as escolas no processo de alfabetização sua prioridade é garantir um apoio educacional no turno regular, pode contar com um assistente de alfabetização para trabalhar junto com o professor alfabetizador.

Nos aproximamos do objeto de pesquisa a partir de uma carta de apresentação assinada pela coordenadora do Curso de Pedagogia da FCG. Apresentamos esta carta à direção e na secretaria da escola para que pudessemos formalizar o processo.

Os dados coletados nesta pesquisa foram obtidos por estudo a campo, com aplicação de entrevista semiestruturada composta por três questões aplicadas a uma coordenadora e duas assistentes de alfabetização que participaram do PMALFA no ano de 2018, em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS, as quais serão tratadas de Coordenadora A, Assistente A e Assistente B.

A escolha desses sujeitos fundamenta-se na atuação desses profissionais de alfabetização e sua atuação durante a implementação do PMALFA na escola. As entrevistas tiveram como objetivo capturar suas impressões acerca de como a implementação do programa favoreceu a aprendizagem dos educandos no processo de alfabetização. Os critérios para a escolha da instituição foram: possuir ensino fundamental e ter participado do programa.

4 Apresentação, análise e discussão dos resultados

Esta pesquisa se propôs a investigar, a implementação do PMALFA e as contribuições do programa na alfabetização dos alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de ensino em Campo Grande - MS.

A pesquisa trata-se de contextualizar o Programa Mais Alfabetização e analisar as contribuições do programa para a alfabetização dos alunos, tem como objetivos específicos: 1- contextualizar a implementação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) na Rede Municipal de Educação de Campo Grande - MS; 2- Discutir as contribuições do PMALFA no processo de alfabetização de crianças de 1º e 2º anos do ensino fundamental.

A coordenadora A, formada em pedagogia, atua há 19 (dezenove) anos na área da educação, exerce o cargo de coordenadora pedagógica da instituição desde 2016 (dois mil e dezesseis), ela foi coordenadora do PMALFA, atuou juntamente com os professores alfabetizadores e as assistentes de alfabetização, supervisionou e coordenou a implementação do programa na instituição.

As assistentes A e B são acadêmicas do curso de pedagogia de uma universidade de Campo Grande – MS, ambas foram selecionadas pela coordenadora A para participarem do programa trabalhando juntamente com os professores alfabetizadores em sala de aula.

A coordenadora A, quando perguntada sobre como o PMALFA chegou até a escola, se o programa foi direcionado pela Secretaria de Educação do município ou através da direção da instituição respondeu que,

A rede municipal aderiu ao programa do MEC. Então ela fez um convenio, assinou um contrato, um convenio com o MEC e aderiu, as escolas tiveram liberdade de aderir ou não. [...] Nem todas as escolas de Campo Grande aderiram, mas a grande maioria aderiu sim. Então o programa veio do MEC para a Secretaria de Educação e a Secretaria de Educação disponibilizou para as escolas (COORDENADORA A, 2019).

Em concordância com o que a coordenadora A discorreu durante a entrevista, podemos fazer uma ligação com o que Dourado (2007, p. 924) afirma, que em relação a implementação de programas educacionais diz que o mesmo deve participar diversas instancias, deve ser discutido e rediscutido antes de serem implementados, levando em consideração os projetos pedagógicos e as políticas educacionais

[...] a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias [...] (DOURADO, 2007, p. 923).

A partir do relato da coordenadora A, o estudo do Manual Operacional do PMALFA e a teoria de Dourado (2007, p. 921), podemos perceber que é muito importante que as Secretarias de Educação deem apoio as escolas, e que as escolas aceitem o apoio delas, as decisões devem ser tomadas por ambas instancias, sempre tendo foco na aprendizagem dos alunos.

Quando perguntada se os professores alfabetizadores se empenharam durante a implementação do programa para que os alunos tivessem êxito, essa coordenadora respondeu que,

Os professores alfabetizadores participaram sim, a partir do momento que a diretora passou como seria o programa, [...] todos abraçaram a causa e cooperaram para que tudo desse certo, mesmo porque estávamos acostumados a sempre ter reforço fora da sala, aluno vinha em contra turno para ter esse reforço, tiveram outros programas em outras gestões, esse programa foi diferenciado por conta disso, porque as assistentes tinham que ficar na sala, não podiam ter essa atividade em outro ambiente, o aluno tinha que estar na sala de aula junto com os outros, mesmo fazendo outras atividades, atividades essas diferenciadas de recuperação, mas elas tinham que ficar na sala [...] (COORDENADORA A, 2019).

Durante a resposta da coordenadora A, pode-se perceber que o interesse da escola e dos seus professores em colaborar com a implementação do programa, foi muito importante.

No manual do programa é mostrada a reponsabilidades que os professores e os gestores têm no processo de alfabetização dos alunos.

[...] bem como reconhece que a responsabilidade pela alfabetização das crianças deve ser acolhida por docentes, por gestores, pelas secretarias de educação e pelas instituições formadoras como um imperativo ético indispensável à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa (BRASIL, 2018, p. 3).

É importante que o professor compreenda o universo do aluno e aplique seu conhecimento com base nesta realidade, estas práticas escolares ajudam o aluno a pensar e a refletir enquanto aprendem, sendo assim, aprender se torna mais prazeroso e o aluno acaba descobrindo que a aprendizagem abre diversas possibilidades para se alcançar um futuro melhor. Após os estudos do Manual Operacional do PMALFA (BRASIL, 2018), percebemos que ele se diferenciava dos demais programas, pois ele não dá apenas a formação continuada aos professores como o PROFA (2001-2003) e o PNAIC (2012-2017), o PMALFA tinha como diferencial, a contratação de uma assistente de alfabetização para trabalhar em sala de aula juntamente com os alunos, então questionamos as assistentes sobre qual era o papel delas dentro de sala de aula, como eram as atividades, as assistente A respondeu que

O meu papel dentro da sala de aula era ajudar os alunos que tinha mais dificuldade, digamos que cada sala ajudávamos em torno de 6 ou 7 crianças, dependendo do que a professora pedia, se era pra pegar 2 ou 3 ou eu enfileirava os alunos na sala de aula e ia ajudando os que tinham mais dificuldade (ASSISTENTE A, 2019).

Ao analisar a fala da assistente A, pode-se perceber uma prática pedagógica que procura criar condições para que os alunos sejam alfabetizados. Esse contato da assistente com os alunos foi muito importante para o desenvolvimento dos alunos, pois iam além de apenas transferir o conhecimento, ela estava ali para dar subsidio para que os alunos pudessem aprender. Freire (1996, p. 35) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção”, seguindo a teoria de Freire e a relacionando com o PMALFA, pode-se afirmar que, o programa cria possibilidades para que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, ao apoio dos professores e assistentes de alfabetização, sendo assim, o programa possibilita que os alunos produzam e construam conhecimentos.

Ainda sobre esta questão a coordenadora A, discorreu:

[...] esse programa foi diferenciado por conta disso, porque as assistente tinham que ficar na sala, elas não podiam sair da sala, não podiam ter essa atividade em

outro ambiente, o aluno tinha que estar na sala de aula junto com os outros, mesmo fazendo outras atividades, atividades essas diferenciadas de recuperação, mas elas tinham que ficar na sala (COORDENADORA A, 2019).

O PMALFA tinha o diferencial das assistentes em sala, isso é muito importante, pois mantinham os alunos com dificuldades de aprendizagem dentro de sala interagindo com o restante da turma, é significativa a importância dada aos trabalhos desenvolvidos coletivamente, pois priorizam ações e posturas que geram interações entre os alunos, contribuindo, de forma expressiva, para o processo pedagógico, que também auxiliará na formação do aluno como sujeito ativo e pensante na sociedade (BRASIL, 2018).

É necessário que o professor e o assistente conheçam a realidade social e cultural dos alunos para que possam contribuir na alfabetização e para que o aluno compreenda a importância de saber ler e escrever na sociedade. Portanto, no processo de alfabetização, as interações entre professores, família e alunos fazem a diferença.

Com relação às atividades feitas em sala, perguntamos a assistente B sobre a execução e elaboração das atividades, ela respondeu:

Quem elaborava as atividades era a coordenadora a que é responsável pelo 1º e 2º ano, ela aplica avaliação diagnóstica nas crianças então ela já sabia as que tinha dificuldades e qual a dificuldade, então ela elaborava atividades conforme o que ela já conhecia e nos aplicávamos, nos arrumávamos o caderno colava as atividades e organizava tudo e levava para a sala de aula, tanto que eu aprendi muito com a coordenadora pedagógica pela organização, a dedicação que ela tinha (ASSISTENTE B, 2019).

O trabalho da assistente B com os alunos se dava a partir de uma avaliação diagnóstica feita pela coordenadora A, as atividades eram feitas a partir do conhecimento e dificuldades dos alunos, a coordenadora elaborava e as assistentes A e B executavam. Podemos perceber que a escola se empenhou muito para que este programa fosse implementado, a gestão e a coordenação estavam cientes da importância do processo de alfabetização e deram todo apoio possível, para que as assistentes desempenhassem seu trabalho, a coordenadora A e as assistentes A e B, nos mostraram algumas das atividades que foram desenvolvidas com as crianças durante o programa, percebemos que as atividades eram bem planejadas, didáticas, de fácil compreensão, coloridas, eram atividades que se relacionavam com a realidade de vida dos alunos.

Foram adquiridos alguns materiais didáticos para serem usados como apoio no processo de alfabetização dos alunos, estes materiais didáticos foram comprados pela coordenadora A, com o apoio financeiro do programa.

O apoio financeiro às unidades escolares dar-se-á por meio da cobertura de despesas de custeio, via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, devendo ser empregado: I - na aquisição de materiais de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades previstas em ato normativo próprio; e II - no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades (BRASIL, 2018, p. 6).

O apoio financeiro do programa foi muito importante, pois dava a escola à oportunidade de adquirir materiais de qualidade, para que fossem usados no processo de alfabetização dos alunos, visando sempre o desenvolvimento integral deles. A assistente B, disse que ficou maravilhada com os materiais adquiridos pela escola, eram diversos materiais na área da língua portuguesa e da matemática, os materiais eram organizados em caixas a fim de facilitar o acesso das assistentes, assim teriam mais facilidade para realizar as atividades com os alunos.

Os materiais que ela adquiriu como jogos pedagógicos, material dourado com dinheiro, alfabeto móvel, peças para montar palavras eu fiquei muito encantada, ela tinha as caixas organizadoras e durante as aulas íamos e separávamos o matéria que ia ser usado e colocava em outra caixa que ela também arrumou e assim íamos para a sala de aula fazer nosso trabalho (ASSISTENTE B, 2019).

Segundo a coordenadora A (2019), faz muito bem a aprendizagem dos alunos a presença desses materiais nas aulas das turmas de alfabetização, porém não basta apenas utilizar estes materiais se servirem apenas para a manipulação sem a função educativa, é importante que o uso destes seja atrelado a objetivos bem definidos a fim de promover a aprendizagem da leitura e da escrita. Sabemos que estes recursos por si só não irão alfabetizar os alunos, por isso é necessário que o professor interfira, estude os materiais que deseja usar, é importante que o professor saiba como e quando usar.

Referente aos métodos de alfabetização, Soares (2003, p. 24) ressalta como condicionantes do processo de aquisição da alfabetização “[...] é necessário ampliar a visão do processo e acrescentar, à análise dos pré-requisitos e à organização de programas de preparação para a alfabetização” (SOARES, 2003, p. 24).

Sendo assim, o processo de alfabetização dos alunos era lúdico e educacional, muito bem fundamentado na proposta pedagogia da escola, com o uso destes materiais didáticos tornam a aprendizagem mais fácil e prazerosa, estimula a vontade de aprender, visto que muitos alunos não têm apoio e estímulos em casa, por diversos motivos. Segundo a Coordenadora A (2019), este reforço em sala de aula era muito importante para as crianças porque muitas delas viviam em lares desestruturados.

[...] mas a gente quis aderir ao programa porque é mais uma oportunidade daquele aluno ter aquele reforço, porque as vezes o que é que a gente encontra principalmente nas escolas públicas, alunos com muita dificuldade, pais que não conseguem ajuda, a família as vezes um pouco desestruturada, ou mora somente com avós, as vezes a gente tem situações de famílias que são analfabetas ainda, então não conseguem dar esse suporte em casa, então a gente procura estar sempre recuperando esse aluno na sala da escola, sempre nós fazemos alguma coisa para ajudar os alunos, porque está na LDB a recuperação paralela é lei, então a gente tem que fazer com que o aluno melhore a própria escola, esses programas vem para ajudar (COORDENADORA A, 2019).

Portanto as assistentes A e B deveriam conduzir as atividades fazendo com que os alunos pudessem compreender a importância de serem alfabetizados e pudessem dedicar a aprender, com este incentivo os alunos percebiam que eram capazes de aprenderem a ler e a escrever. Chegar ao final de um programa como o PMALFA e ver que seu trabalho obteve resultados, nos incentiva a buscar conhecimentos, para que assim possamos continuar essa jornada de alfabetizar meninos e meninas (ASSISTENTE A, 2019).

Em outro momento, perguntamos a coordenadora A e as assistentes A e B se o PMALFA havia contribuído para a alfabetização dos alunos, espontaneamente todas as entrevistadas respondera que sim, a coordenadora A respondeu que “o programa foi assim, excelente, terminamos o ano de 2018 com menos reprovação no 2º ano, com mais alunos indo para o 3º ano alfabetizados” (COORDENADORA A, 2019).

Em concordância com a Coordenadora A e as Assistentes A e B afirmaram que:

Com certeza o programa mais alfabetização ajuda sim os alunos, várias crianças conseguiram aprender com a gente, tem criança que não conhecia as letras, o alfabeto e conseguiram aprender, teve umas que aprenderam a ler, cada criança desenvolveu no grau de dificuldade dela [...] (ASSISTENTE A, 2019).

Contribui totalmente, se for desenvolvido com a seriedade, competência e dedicação que eu vi a coordenadora e a gestão, nos também como auxiliar pedagógico devemos pagar o preço, com certeza contribui [...] nós participávamos da formação de professores isso contribuiu muito para minha carreira e vida acadêmica [...] (ASSISTENTE B, 2019).

Soares (2013, p. 38) afirma que o professor não está preparado na sua formação inicial, porém não deve desanimar e entender que as crianças são capazes, precisa acreditar neles, buscar soluções através de reflexão, muito estudo aprofundado ou com alguém mais experiente, estar atenta entender os problemas e tentar resolvê-los. Essa área de alfabetização é muito importante por não existe meio termo, ou o aluno aprendeu a ler e escreve ou ele não aprendeu. Com isso a responsabilidade fica nas mãos desse professor alfabetizador.

Analisando as respostas dadas as perguntas durante as entrevistas, é possível perceber que os objetivos do programa foram atingidos com êxito na instituição e trouxeram resultados positivos no processo de alfabetização dos alunos, fazendo com que o índice de reprovação de alunos diminuísse e que mais alunos fosse para o segundo ano alfabetizados.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou a implementação do Programa Mais Alfabetização e suas contribuições para a alfabetização de alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Campo Grande – MS.

Pode-se afirmar, a partir desse estudo, que o PMALFA trouxe um diferencial dos demais programas (PROFA e PNAIC), pois possibilitou a presença, em sala de aula, de uma assistente de alfabetização para trabalhar dando suporte ao professor alfabetizador para atender de forma mais efetiva os alunos com mais dificuldades de aprendizagem.

De acordo com os relatos, a implementação do PMALFA foi muito proveitosa para os alunos e para a escola, pois trouxe resultados satisfatórios ao recuperar alunos que se encaminhavam para reprovação. O PMALFA proporcionou condições e estratégias para que esses alunos pudessem aprender e querer buscar conhecimentos.

O professor deve estar consciente de que ele tem o dever de oportunizar essa aprendizagem segundo a realidade em que os alunos vivem, visto que muitas crianças só têm contato com livros e atividades no momento em que está na escola. Por esse motivo, esses educadores precisam estar aptos para desempenhar esse trabalho de forma significativa, para que as crianças possam sentir prazer em estar no ambiente escolar, estudando e se relacionando com os professores e os colegas de sala.

Através de programas como esse, podemos analisar o quanto é fundamental que os governantes coloquem a educação como prioridade, juntamente com o desempenho de professores, coordenadores e gestões em geral, a alfabetização estará sempre presente e deve ser valorizada a fim de que os alunos entendam a função da alfabetização e seu uso na sociedade.

A união e empenho de professores, gestores e governantes evidenciou-se eficiente para o sucesso dos alunos no âmbito educacional, levando essas crianças a se

desenvolverem superando suas dificuldades de forma lúdica tornando aprendizagem satisfatória.

Mostrar a esses alunos a importância de aprender a ler e escrever é indispensável para que possam estar inseridos na sociedade, para se comunicar e se constituir como sujeito desenvolvendo sua prática no dia a dia.

Referências bibliográficas

AZENHA, M. D. **Construtivismo**. São Paulo, 7ed. São Paulo: Ática, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de educação básica; Diretoria de Currículos e Educação Integral; Coordenação Geral de Ensino Fundamental. **Programa Mais Alfabetização**. 2018.

BRASIL. Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, 5 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores: Termo de Cooperação Técnica: MEC/SEF**, 2000.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> . acesso em 18 de novembro de 2019.

FERREIRO, E. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo, 24ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, E. **Com Todas as Letras**. São Paulo, 17ed. São Paulo: Cortez 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MORTATTI, M. do R. L.; FRADE, I. Cristina A. da S. (org.). **Alfabetização e Seus Sentidos: o Que Sabemos, Fazemos e Queremos?** Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014. 352p.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil: (1930-1973)**. 33º Ed. Petrópolis-RJ; Vozes, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, M. I. B. **Alfabetização Linguística: da teoria à prática**. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.

SOARES, Magda. Entrevista sobre como mediar o processo de aprendizagem da língua escrita. **Plataforma do letramento**: Minas Gerais, 30 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista-entrevista-detalle/393/magda-soares-discute-como-mediador-o-processo-de-aprendizagem-da-lingua-escrita.html> . Acesso em: 20 novembro 2019.

TEBEROSKY, A.; TOLCHINSKY, L. **Além da Alfabetização**. São Paulo: Ática, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Tradução Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WEISZ, T. **Alfabetização e políticas públicas: o desafio do fracasso escolar**. Em: Esmeralda matute. (Org.). **Alfabetização e Desenvolvimento: três perspectivas para o seu estudo**. 1ed. Guadalajara, México: Editorial CUCSH-UdeG, 2002.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA. **Coordenadora A**. Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2019.

ENTREVISTA. **Assistente A**. Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS. Entrevista realizada em 24 de outubro de 2019.

ENTREVISTA. **Assistente B**. Rede Municipal de Ensino de Campo Grande - MS. Entrevista realizada em 23 de outubro de 2019